

Ao MJSP - Polícia Federal

SERVIÇO DE COMPRAS – SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

Pregão Eletrônico - Nº 01/2024

Ao Ilustre Senhor (a) Pregoeiro(a)

A empresa **PEJOTA PET SAÚDE ANIMAL LTDA-EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º CNPJ: 19.933.130/0001-05, vem apresentar CONTRA RECURSO ADMINISTRATIVO, tendo em vista manifestação, tempestiva, emitida pela empresa ora recorrente, pelos motivos fáticos e de direito que passa a discorrer.

A ora requerente, participou do certame licitatório em questão, com abertura das propostas no dia 30/01/2024, cujo objeto é aquisição de alimento completo para cães conforme condições do Edital.

Após transcorridas todas as fases de aceitação e habilitação dos proponentes conforme determinado em Edital foi aberto prazo para registro de intenção de recursos, quando o licitante NUTRIGERO NUTRICAÇÃO ANIMAL LTDA inconformado com o resultado, registrou intenção e tão logo interpôs recurso mediante alegações de que houve equívoco na decisão do pregoeiro que decidiu pela recusa da proposta da recorrente para os itens 1, 2 e 7 e também houve equívoco da equipe técnica na recusa da proposta da empresa referente a ração cães filhotes.

Durante a fase de aceitação da empresa, o Pregoeiro deu mais de uma chance para a empresa NUTRIGERO NUTRICAÇÃO ANIMAL LTDA comprovar o atendimento a todas as exigências do Edital, sem sucesso.

A empresa parece não ter conhecimento dos termos do Edital e seus anexos

Insiste em dizer que o produto apresentado é limitado a pequenas linhas de produção, sendo que o produto ofertado é uma linha especial, mais além anexa uma declaração que o produto será produzido “sob medida”

Além de não ter produto compatível com as exigências de especificação do Termo de Referência, ignora a exigência do item 4.3.8 do ETP – “ser comercializado no mercado nacional há pelo menos 03 (três) anos sem intercorrências que coloquem em risco a qualidade ou a segurança do produto. Não serão aceitos alimentos completos para animais de companhia produzidos especificamente para atender ao certame, sem as exigências suso mencionadas”

Além de não estudar o Edital também não acompanhou o chat onde pudemos observar que a Comissão de Licitações submeteu os produtos ofertados a área demandante – denominado no Edital como Área de Veterinária.

A recorrente quer dizer que a Área de Veterinária não tem competência ou capacidade de analisar os produtos ofertados ou está apenas tentando tumultuar o certame licitatório que está sendo processado dentro dos ditames da lei?

Vale ressaltar que a Recorrente anexou folder ou catalogo produzido por ela mesma, onde percebemos que apenas copiou as informações do termo de referência e os colocou em um pdf, e não conseguiu atender o pedido do Pregoeiro (chat) – “Conseguiria especificar o produto através de link ou algo similar, já que o departamento técnico não conseguiu analisar por completo através dos documentos anexados?”

Não possuindo tais comprovações, na tentativa de ludibriar a comissão de licitações, ou ganhar tempo anexou um laudo experimental de digestibilidade da ração totalmente fora do contexto das exigências de comprovação.

Sendo assim, Senhor Pregoeiro, os princípios jurídicos que levaram a desclassificação dos produtos em desacordo com o termo de referência foram cumpridos por esta Comissão de Licitações e devem ser mantidos.

A moralidade administrativa deve continuar exatamente como veio sendo praticada até o momento, sendo classificadas apenas as empresas de comprovadamente ofertaram produtos compatíveis com o termo de referência do Edital.

Assim sendo, é indubitável que somente as propostas ofertando produto que atendesse a todos, absolutamente todos os requisitos definidos pelo instrumento convocatório, poderiam ser classificadas, uma vez que a Lei 8.666/1993 estabelece que:

Art. 3º. **A licitação** destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e **será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos** da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.**

Art. 41. **A ADMINISTRAÇÃO NÃO PODE DESCUMPRIR AS NORMAS E CONDIÇÕES DO EDITAL, AO QUAL SE ACHA ESTRITAMENTE VINCULADA.**

Art. 44. **No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital** ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

Art. 45. **O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação** ou o responsável pelo convite **realizá-lo em conformidade com** os tipos de licitação, **os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e DE ACORDO COM OS FATORES**

**EXCLUSIVAMENTE NELE REFERIDOS, de maneira a possibilitar sua
aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.**

Art. 48. **Serão desclassificadas:**

**I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da
licitação;**

Dessa forma, não há qualquer razão para alterar a decisão já tomada, acertadamente, pela Comissão de Licitações e que respeita todos os princípios basilares dos certames licitatórios.

Dado o julgamento exato que foi deferido por esta nobre Comissão de Licitações, conforme registramos, solicitamos que essa Administração considere como indeferido os recursos da empresa NUTRIGERO NUTRICAÇÃO ANIMAL LTDA

Assim, pelo bem do interesse público, consubstanciado no pleno atendimento de suas necessidades de forma satisfatória, pede seja o presente recurso julgado improcedente.


Diante do exposto solicitamos que se mantenha a decisão de desclassificação das propostas da empresa NUTRIGERO NUTRICAÇÃO ANIMAL LTDA por ter ofertado produtos incompatíveis com as exigências editalícias, infringindo-se os princípios da vinculação ao edital e da igualdade, adjudicando-se os itens para a empresa **PEJOTA PET SAÚDE ANIMAL LTDA-EPP** por ter cumprido rigorosamente as exigências, medida de pleno direito!

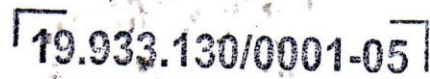
Nestes Termos

Pede Deferimento

Sorocaba, 15 de fevereiro de 2024

Fernando Amaral Pecoraro


Fernando Amaral Pecoraro
RG: 19.881.268-1
CPF: 259.557.978-90


PEJOTA PET SAÚDE ANIMAL LTDA
Rua Gonçalves Dias, 508 sala 06
Vila Gabriel - CEP: 18081-040
SOROCABA - SP